

FUNDIS (Fundos Documentais de Instituições do Sul): base de dados de descrição documental

FÁTIMA FARRICA e FRANCISCO SEGURADO

CIDEHUS-UÉ

fatimafarrica@sapo.pt e fcsegurado@hotmail.com

Artigo entregue em: 14 de janeiro de 2012

Artigo aprovado em: 19 de abril de 2012

RESUMO:

Este artigo refere-se a um instrumento de pesquisa arquivística desenvolvido pelo CIDEHUS-UÉ. Trata-se de uma base de dados on-line para descrição e pesquisa de fundos documentais históricos de instituições do Sul de Portugal.

PALAVRAS CHAVE: História; Arquivística; bases de dados

ABSTRACT:

This article refers to an archival research tool developed by CIDEHUS-UÉ (University of Évora). It is a database online for description and historical documentary research of found of institutions southern Portugal.

KEYWORDS: History; Archives; databases

1 - Antecedentes e objetivos iniciais

Em 2009, foi-nos proposto, pela direção do CIDEHUS-UÉ (Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora), que, enquanto colaboradores de investigação daquele centro, coordenássemos a criação de um repositório informatizado que permitisse uma partilha mais prática e sistematizada das disponibilidades de informação documental de cariz histórico – existente nos arquivos portugueses – entre os vários membros do centro que desenvolviam investigação na área de História. Pretendia-se que uma mesma plataforma agregasse os levantamentos documentais resultantes de recolhas realizadas pelos membros do CIDEHUS-UÉ, bem como provenien-

tes das investigações desenvolvidas no quadro dos trabalhos de Licenciatura, de Pós-graduação ou de Mestrado, no âmbito de diversas áreas disciplinares como a História, as Ciências Documentais e os Estudos do Património, elaborados por alunos da Universidade de Évora. Previa-se, por um lado, facultar a partilha de fontes documentais entre investigadores, por outro, valorizar o trabalho dos estudantes de distintos graus de formação que se tornavam, desta forma, úteis a toda a comunidade científica.

2 - Metodologia utilizada

Uma vez que a historiografia atual promove cada vez mais a interdisciplinaridade de saberes e práticas técnicas e científicas e que com os meios disponíveis no século XXI é possível tornar mais rápida, prática e eficiente a pesquisa de fontes documentais, aproveitando o diálogo hoje possível entre a História, a Arquivística e a Informática, o CIDEHUS-UÉ solicitou os Serviços de Informática da Universidade de Évora para desenvolver uma base de dados que servisse estes objetivos.

Constituiu-se, então, o grupo de trabalho, ficando os autores deste texto responsáveis pela estruturação teórica e pela coordenação da construção da base, que seria desenvolvida pelos engenheiros informáticos Fernando Palma (então responsável pelo desenvolvimento dos portais *web* da Universidade) e José Carlos Trancas (colaborador dos Serviços de Informática da Universidade). Para a execução da base, inicialmente, usou-se como suporte o sistema de gestão de conteúdos *open source* chamado *eZ Publish*. Todavia, posteriormente, devido à necessidade de tornar a base mais célere, foi desenvolvida uma solução à medida, utilizando a tecnologia PHP com uma *framework open source* denominada *CakePHP*, sendo os seus dados guardados numa base de dados relacional MySQL.

Porém, a conhecida situação atual dos arquivos portugueses, na maior parte dos casos ainda por organizar e inventariar, com catálogos incompletos, desadequados e incongruentes, bem como de difícil acesso em muitos casos (publicações esgotadas, não publicados ou manuscritos) levou a uma redefinição e a uma dilatação dos objetivos iniciais. Esta base não podia servir apenas para congregiar levantamentos documentais distintos, dispersos, e não normalizados, mas tinha também de assegurar a possibilidade de contribuir para a descrição arquivística de fundos documentais não inventariados, independentemente de se encontrarem ou não organizados. Atribui-se-lhe, desta forma, também uma função de auxílio à preservação e à divulgação de acer-

vos documentais. Assim, nasceu a base de dados FUNDIS (Fundos Documentais de Instituições do Sul) para a descrição documental de fundos arquivísticos de instituições do Sul de Portugal. Note-se, porém, que não se exclui a inclusão de fontes documentais com outras proveniências se tal se julgar adequado.

Deste modo, tomando como determinantes as normas e práticas arquivísticas vigentes, estruturou-se a base de modo a ser possível criar diferentes níveis hierárquicos de descrição documental. Estes devem reflectir a organização da própria documentação que, por sua vez, decorre das funções desempenhadas pelas instituições, das suas actividades, da sua orgânica administrativa e das opções de tramitação documental tomadas. Seguindo esta lógica, é possível criar na FUNDIS os seguintes níveis de descrição: Fundos¹, Subfundos², Secções³, Subsecções⁴, Séries⁵, Subséries⁶, Unidades de Instalação⁷, Documentos Compostos⁸ e Documentos Simples⁹. Dentro de cada um destes níveis podemos criar todos ou parte dos que deles são hierarquicamente dependentes, à excepção do documento simples, que é a mais pequena unidade de descrição arquivística, não sendo passível de subdivisão.

¹ Fundo é o conjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva, no decurso das suas actividades e funções. Por exemplo: Fundo da Câmara Municipal de...Fundo da Santa Casa da Misericórdia de..., etc.

² Subfundo é a subdivisão de um fundo que corresponde a subdivisões administrativas ou familiares da entidade produtora, com um grau elevado de autonomia.

³ Secção é a subdivisão de um fundo ou de um subfundo que corresponde a subdivisões orgânicas não autónomas da entidade produtora ou, quando tal não se verifica, correspondendo a uma divisão geográfica, cronológica, funcional, temática, a rubricas ou classes de um plano/quadro de classificação.

⁴ Subsecção é a subdivisão da secção. Por exemplo: Serviços Administrativos, Património, Impostos, etc.

⁵ Série é o conjunto de documentos susceptíveis de serem descritos colectivamente e que, normalmente, se forma a partir de tipologias documentais comuns. Constituem-se dentro das secções, ou das subsecções quando estas existirem. Por exemplo: Actas, Correspondência Recebida, Inventários, etc.

⁶ Subsérie é a subdivisão da série.

⁷ Unidade de instalação é o conjunto de documentos agrupados ou conservados numa mesma unidade física de cotação, instalação e inventariação. São unidades de instalação caixas, livros, maços, pastas, etc.

⁸ Documento composto é a unidade organizativa de documentos, agrupados quer para utilização corrente do seu produtor, quer no decurso da organização arquivística, por se referirem a um mesmo assunto, actividade, transacção ou tramitação própria. São documentos compostos os processos (cíveis, crime, orfanológicos, de habilitação, de pessoal, de obras, entre outros), os dossiers informativos, etc.

⁹ Documento simples é a mais pequena unidade arquivística intelectualmente indivisível. São documentos simples: uma carta, uma escritura, um testamento, uma fotografia, um registo sonoro, entre muitos outros.

Para cada um destes níveis criou-se na base uma ficha com diferentes campos de descrição documental (nem todos de preenchimento obrigatório) que se baseiam nos elementos de informação que são indicados como pertinentes nas orientações para a descrição arquivística, considerando-se a necessidade de uma maior minúcia descritiva nas fichas do documento composto e do documento simples, uma vez que é a este nível que a informação mais serve a investigação. Vid. **Fig. 1**.

Ao nível do documento simples destaca-se o campo do *Âmbito e Conteúdo* onde se regista um resumo do documento do qual fazem parte os dados que se consideram essenciais à apreensão do conteúdo do texto. Porém, podemos também optar por colocar neste campo a transcrição integral do documento, o que permite o acesso, por parte do utilizador, a toda a informação aí contida.

Após a existência de uma primeira versão da base seleccionaram-se os primeiros conjuntos documentais a descrever. Devido a razões de diversa ordem, como a proximidade física e a riqueza de conteúdos documentais de cariz histórico existentes, essa escolha recaiu imediatamente na Biblioteca Pública de Évora e sobre o seu núcleo de *Pergaminhos Avulsos*, que se tornaram nas primeiras peças que integraram a FUNDIS.

3 - Princípios norteadores

A concepção desta base de dados obedeceu a dois princípios fundamentais que importa salientar, pois enformam toda a configuração da base: Primeiro, foi concebida, na teoria e na prática, tendo em conta aquilo que se julgou serem as necessidades de pesquisa úteis aos investigadores. A óptica da sua concepção é a do investigador que procura saber que documentos existem para o estudo de determinada instituição, tema ou período cronológico e onde os poderá consultar. Desta forma, não pretende a descrição da documentação possuída ou à guarda de uma determinada entidade detentora, mas antes a descrição da documentação produzida e acumulada por uma determinada instituição produtora, independentemente da entidade onde está depositada ou das entidades pelas quais se encontra dispersa. Portanto, a prioridade não foi a descrição global dos fundos documentais depositados nos vários arquivos, numa tentativa ávida de englobar tudo, mas a perspectiva de onde se parte – e numa escolha sempre criteriosa – é a das próprias instituições produtoras, cujos fundos se pretendem

Fig. 1 – Campos das fichas de descrição documental de cada unidade arquivística

Unidade de descrição	Fundo	Secção/ Subsecção	Série/ Subsérie	Unidade de instalação	Documento composto	Documento simples
Campos de preenchimento						
Entidade detentora (1)	X	X	X	X	X	X
Código de referência	X	X	X	X	X	X
Título	X	X	X	X	X	X
Localidade da instituição (2)	X					
Localidade de redacção (3)					X	X
Local específico de redacção (4)					X	X
Tipo de instituição (5)	X					
Tipo de Unidade de Instalação (6)				X		
Tipologia documental (7)					X	X
Redactor (8)					X	X
Datas de produção / acumulação	X	X	X	X	X	X
Dimensão e suporte	X	X	X	X	X	X
História administrativa / biográfica / familiar	X	X	X	X	X	X
História custodial e arquivística	X	X	X	X	X	X
Âmbito e conteúdo	X	X	X	X	X	X
Instrumentos de descrição	X	X	X	X	X	X
Unidades de descrição relacionadas	X	X	X	X	X	X
Instituições relacionadas (9)	X	X	X	X	X	X
Notas	X	X	X	X	X	X
Recolha (10)	X	X	X	X	X	X
Descrição documental (11)	X	X	X	X	X	X
Informações internas (12)	X	X	X	X	X	X
Temas (13)	X	X	X	X	X	X

Notas aos campos não previstos nas orientações para a descrição arquivística.

- (1) Identificara entidade onde está depositada a unidade que está a ser descrita.
- (2) Localiza geograficamente a sede da instituição (câmara, misericórdia, convento, etc.) que produziu o fundo.
- (3) Identifica a localidade onde foi redigido um documento.
- (4) Permite especificar o local exato onde a redacção do documento teve lugar (no adro da igreja, nas casas da câmara, no castelo de...etc).
- (5) Atribui uma tipologia (mosteiro, igreja, associação, etc.) a cada instituição produtora de um fundo.
- (6) Permite indicar a tipologia da unidade de instalação em causa (livro, maço, caderno, etc.)
- (7) Identifica a tipologia do documento (testamento, escritura, sentença, etc.)
- (8) Identifica o nome do redator de um documento.
- (9) Permite relacionar a unidade descrita com determinada instituição sobre a qual possua informação.
- (10) Identifica o nome da pessoa que fez um a recolha documental que seja integrada na base.
- (11) Identifica o nome da pessoa que fez a descrição documental na base.
- (12) Permite inserir informação que só é visualizada pelos administradores da base.
- (13) Possibilita a atribuição de temas aos documentos descritos.

conhecer e localizar, independentemente do local onde se encontrem fisicamente. O fundo é a base de enfoque para a integração, uma vez que consideramos que só deste modo se servem mais cabalmente as necessidades da investigação histórica.

Segundo, foi estruturada de acordo com as normas e práticas arquivísticas vigentes¹⁰, que se tentam aplicar até onde, atualmente, a realidade organizacional de alguma da documentação o permite, uma vez que, muitas vezes, trabalhamos com fundos arquivisticamente não tratados.

4 - Objetivos atuais

Uma vez que, como já referido, ao longo do desenvolvimento da base, se dilataram os propósitos da sua execução, atualmente, os objetivos de FUNDIS são:

- a) Obviar a situações de extravio de documentos ao promover a descrição de núcleos documentais para os quais não há catálogos;
- b) Divulgar a documentação existente nos diversos arquivos;
- c) Disponibilizar à comunidade académica e aos investigadores em geral informação histórica dotada de uniformidade nos seus critérios de descrição;
- d) Revestir-se de um carácter instrumental que facilite a pesquisa e a investigação histórica; incrementar a produção historiográfica;
- e) Promover a existência de um repositório centralizador para descrição documental, com vista à criação de uma rede de informação que, apesar de ser oriunda de diferentes entidades detentoras, se complementem em termos de conteúdo;
- f) Acolher a inventariação de fontes documentais que, mesmo que oriundas de arquivos de instituições que não se localizem no Sul do país, contenham informação de pertinência para os estudos do Sul.

¹⁰ DGARQ, 2007.

5 - Valências descritivas e de recuperação de conteúdos

Chegamos agora às potencialidades de descrição e de pesquisa da FUNDIS, de onde se distinguem as que se seguem.

Ao nível da descrição destaca-se, em primeiro lugar, precisamente, a possibilidade de reconstituir virtualmente os fundos permitindo três soluções possíveis:

- 1-Descrever separadamente documentação com origem em diferentes produtores que se encontre indevidamente misturada;
- 2-Atribuir uma estrutura hierárquica orgânico-funcional à documentação de um só fundo que se encontre desorganizada ou apenas elencada;
- 3-Reunir virtualmente fundos dispersos por diversas entidades detentoras.

Na **Fig. 2** é possível visualizar o *interface* de administração da base com diversos fundos criados listados à esquerda.

Fig. 2 – Interface de administração





Em segundo lugar, é possível relacionar automaticamente qualquer unidade de descrição com qualquer outra com conteúdos complementares ou que façam parte de uma mesma tramitação processual.



Em terceiro lugar, criou-se uma funcionalidade que permite relacionar automaticamente documentos produzidos por uma instituição A, que contenham informações para a História de outra instituição B, com esta última. Esta função torna-se ainda mais fundamental tendo em conta que as vicissitudes dos séculos fizeram desaparecer, total ou parcialmente, os corpos documentais de alguns cartórios institucionais e, com isso, as fontes de informação necessárias ao estudo de determinadas instituições, temas ou realidades. Na **Fig. 3** visualizam-se os campos onde estas relações automáticas se realizam.

Fig. 3 – Campos para relacionar automaticamente unidades de descrição e instituições

Unidades de descrição relacionadas

	Adicionar		Remover
<input type="checkbox"/>	Unidades de descrição relacionadas		
<input type="checkbox"/>	SC: A/ Constituição e Regulamentação do Município		

Instituições relacionadas

	Adicionar		Remover
<input type="checkbox"/>	Instituições relacionadas		
<input type="checkbox"/>	Câmara Municipal de Monforte		
<input type="checkbox"/>	Câmara Municipal de Arronches		

Refira-se que estas ligações automáticas, destacadas acima, em segundo e em terceiro lugar, permitem o acesso imediato às fichas de descrição completas daquelas outras unidades de descrição ou daquelas outras instituições/fundos.

Em quarto lugar, existe a possibilidade de anexar a cada ficha de descrição de um documento a respectiva imagem digital para uma maior divulgação de conteúdo e como forma de evitar o manuseamento directo dos documentos. Contudo, esta funcionalidade ainda não está a ser utilizada e também não se pretende disponibilizar na base imagens de todos os documentos descritos, mas sobretudo dos mais antigos, perecíveis ou de conteúdo mais invulgar.

Por último, resta ainda notar, que se atualizou sempre a ortografia utilizada, tal como prescrevem as normas, para fins de uniformidade da informação disponibilizada e para facilitar a pesquisa por parte dos utilizadores. Além disso, consideramos a base muito fácil de manusear quer para quem tem a tarefa de fazer o carregamento dos dados quer para quem a utilize para pesquisar fontes documentais.

Relativamente à pesquisa, no *interface*, de acesso livre, existem diferentes possibilidades. Uma delas, é a partir de uma lista de nomes de instituições, que estão ordenados alfabeticamente, escolher uma das hipóteses e explorar o que a base contém referente ao organismo escolhido; outra possibilidade é a pesquisa simples em texto livre onde uma determinada palavra ou expressão introduzida é procurada em qualquer campo de qualquer unidade arquivística existente na base; por último temos a pesquisa avançada que permite combinar diferentes possibilidades de busca e filtrar e ordenar os resultados de acordo com o interesse do investigador. Vid. **Fig. 4, 5 e 6.**

Fig. 4 – Interface de pesquisa. Pesquisa por fundos documentais



Fig. 5 – Interface de pesquisa. Pesquisa simples

Fig. 6 – Interface de pesquisa. Pesquisa avançada

Uma vez que, como se disse, a base permite relacionar determinado documento pertencente a um fundo documental de uma determinada instituição com outra para a qual contenha elementos informativos, dependendo da forma como fazemos a pesquisa, os resultados obtidos podem apresentar não só os documentos de uma determinada instituição, mas também aqueles, que produzidos por outras, possuem dados sobre a primeira.

Importa ainda salientar que a base que vemos hoje em dia é fruto de diversas e constantes alterações no sentido de melhorar e aperfeiçoar as potencialidades de descrição e de pesquisa.

6 - Limitações ao processo descritivo

Porém, na descrição documental, existem limites à aplicação prática plena das directrizes de subdivisão da documentação em vários níveis: muitos dos fundos estão dispersos por diferentes entidades detentoras; alguns não estão organizados nem inventariados; parte, embora se encontre organizada e descrita, não adopta as orientações propostas atualmente, tendo em conta que, em vários casos, a organização e inventariação foi feita em épocas já recuadas em que a normalização de procedimentos ainda não existia. Ou seja, a diversidade de situações e a falta de uniformidade de critérios é ainda a realidade dos arquivos portugueses, pese embora os esforços desenvolvidos nos últimos anos com vista a inverter as referidas circunstâncias.

Ora, no momento da criação da base também ainda não fora possível, por parte do CIDEHUS, tentar encetar acordos com as entidades detentoras de fundos documentais, com vista a um esforço conjunto no sentido de organizar os fundos de arquivo que ainda permanecem por intervir. Além disso, uma abordagem de ordem prática seria morosa, adian-do a disponibilização de referências imprescindíveis para um acesso imediato e eficaz dos investigadores à documentação que se encontra na obscuridade.

Perante tais circunstâncias, a forma encontrada para superar estas condicionantes, permitindo mesmo assim a difusão do conteúdo informativo da documentação, foi, por um lado, e como já se fez notar anteriormente, garantir que na base de dados se possam descrever separadamente os fundos que se encontrem fisicamente misturados; e, por outro, respeitar sempre as cotas atribuídas pelas entidades detentoras, como forma de aceder localmente à documentação.

7 - Resultados mais relevantes

O título meramente exemplificativo, cite-se que podemos encontrar na FUNDIS fundos documentais localizados (no todo ou em parte) em entidades como a Biblioteca Pública de Évora, o Arquivo Distrital de Évora, o Arquivo da Sé de Évora, o Arquivo Histórico da Casa de Bragança e vários arquivos locais. Como é expectável a expressividade dos fundos de instituições religiosas é muito notória mas, a par destes, também se encontram muitos outros com origem em instituições civis.

Porém, há que destacar aqui o núcleo de Pergaminhos Avulsos da Biblioteca Pública de Évora (BPE) que se tornaram um caso paradigmático por diversas razões.

Em momento desconhecido do passado, subvertendo-se os atuais princípios basilares da arquivística (de respeito pela proveniência e pela ordem original da documentação), mais de dois milhares de peças foram arrancadas aos seus fundos e contextos originais e distribuídas aleatoriamente (salvo algumas excepções) por 26 pastas, tendo em conta, apenas, o suporte (pergaminho)¹¹ e as dimensões, que determinaram que às pastas se atribuísse a designação de grandes, médias e pequenas.

Portanto, no que respeita ao conteúdo, o que constata é a mistura, nas diversas pastas, de documentos de diferentes proveniências institucionais e produzidos em cronologias bastantes díspares, com a agravante de não existir na biblioteca qualquer catálogo que descrevesse na totalidade este conjunto documental.¹² Exceptua-se a inventariação dos documentos em pergaminho oriundos, exclusivamente, da igreja de São Pedro de Évora, que foi elaborada em 1941 por Luís Silveira, então director da Biblioteca.¹³ Acrescem, como edição externa, os artigos publicados na revista *Almansi*, da autoria de Manuel Branco, referentes, unicamente, aos documentos que, dispersos por este conjunto documental, foram produzidos por instituições de Montemor-o-Novo ou que possuem elementos para a história da cidade.¹⁴ Por último, embora com um cariz diferenciado, podemos ainda citar o artigo publicado por Joaquim Serra, na revista *Lusitânia Sacra*, onde apresenta uma visão geral sobre os produtores dos pergaminhos da BPE e o seu conteúdo informativo, salientando as potencialidades de investigação dos mesmos.¹⁵

Ultrapassando estas descrições parciais, a FUNDIS permitiu fazer, pela primeira vez, em suporte digital e acessível a partir de qualquer terminal de computador no mundo, uma descrição de todo este riquíssimo espólio,¹⁶

¹¹ Embora, pontualmente, se encontrem misturados documentos em suporte de papel.

¹² Só em Outubro de 2010, já depois da introdução do núcleo de pergaminhos da BPE na FUNDIS, se entregou à instituição um catálogo deste espólio para uso corrente na sala de leitura de cimélios.

¹³ SILVEIRA, 1941.

¹⁴ BRANCO, 2006 e 2007.

¹⁵ SERRA, 2005.

¹⁶ Exceptuam-se cerca de 60 pergaminhos extremamente manchados, o que impossibilitou a sua leitura e descrição na base. Todavia, espera-se que, numa colaboração com o Centro HÉRCULES (Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda), seja possível aplicar uma técnica que permita aceder ao conteúdo informativo destas peças.

existente na BPE, tendo-se descrito em fichas individuais cada um dos documentos que o constituem. Desta forma, os textos que foram redigidos nestes pergaminhos podem facilmente ser pesquisados, identificados e fisicamente localizados sem a necessidade, como até há bem pouco tempo se verificava, de se percorrer todas as pastas na tentativa de se encontrar o que se pretendia, numa busca sempre incerta na obtenção dos resultados pretendidos e que se podia vir a revelar infrutífera.

Só a partir dos Pergaminhos Avulsos da BPE foi possível identificar os fundos de 56 instituições dispersas por 21 localidades portuguesas e encontrar informação relacionada com mais 197 outras instituições portuguesas e espanholas distribuídas por 87 localidades. Acresce ainda um volume documental oriundo de 38 produtores tabeliônicos ou desconhecidos.

Porém, é importante fazer notar que cerca de 90% dos documentos respeitam a instituições da área de Évora, com destaque para as da própria cidade, seguidas das instituições de Montemor-o-Novo, de Redondo e de Vila Viçosa. Os restantes cerca de 10% respeitam às mais variadas localidades, com uma representação mínima no cômputo global.

A maioria da documentação é oriunda de instituições eclesiásticas (eremitérios, mosteiros, conventos, cabidos, igrejas, confrarias), mas ali encontramos também os organismos assistenciais (hospitais, albergarias, misericórdias) administrativos (câmaras), as casas senhoriais, as ordens militares, os tribunais (inquisição), as universidades e os colégios.

Ora, mais do que descrever individualmente cada um dos documentos dos pergaminhos avulsos, prioridade que estabelecemos logo à partida, a integração de cada um na FUNDIS foi feita tendo em conta os fundos originais a que cada um pertence. Desta forma, embora permaneçam fisicamente misturados, os pergaminhos avulsos da BPE estão virtualmente separados na base de dados tendo em conta cada uma das instituições que os produziram ou acumularam.

Na sequência da criação na base de diversos fundos documentais que nos permitissem a distribuição dos documentos encontrados nos pergaminhos avulsos da BPE, numa lógica de completar a informação documental existente, descreveram-se também unidades arquivísticas existentes noutras entidades detentoras mas que pertencem a esses mesmos fundos. Isto materializando um dos principais objetivos a que nos propusemos que é o de reunir virtualmente fundos dispersos por várias entidades detentoras. Daí a pertinência de descrever na FUNDIS um único livro da igreja de São Pedro existente no Arquivo Distrital de Évora ou um livro da igreja de Santiago existente no Arquivo da Sé de Évora.

8 - Estratégias de enriquecimento presentes e futuras

Nos últimos 2 anos, na sequência dos objetivos citados de inventariar, divulgar e disponibilizar informação documental e de que esta faça uso de critérios de descrição uniformes decidiu-se solicitar a colaboração das instituições que no Alentejo possuem fundos documentais de cariz histórico, onde se destacam, como é sabido, as câmaras e as misericórdias.

O que se pretende, por um lado, é disponibilizar a estas instituições uma ferramenta de descrição documental, de utilização gratuita, com vista a evitar que cada uma faça uso de um instrumento de trabalho diferente, com modalidades de descrição distintas; por outro, criar, agora sim, uma rede de suporte de informação que é formada pelos contributos individuais de cada instituição colaboradora, mas cujo conteúdo resultante serve a todos os participantes na mesma, e a qualquer investigador que dela queira fazer uso.

Assim, nos últimos tempos, temos desenvolvido vários e constantes contactos com as autarquias locais e as santas casas da misericórdia que se têm mostrado bastante disponíveis a colaborar com o CIDEHUS-UE no sentido de adoptarem a FUNDIS como instrumento de descrição a aplicar aos seus arquivos.

Após uma formação específica, por nós ministrada, os técnicos das diferentes instituições colaboradoras ficam aptos a trabalhar com esta ferramenta e a fazer aí o carregamento dos seus arquivos.

Neste momento a base conta já, embora em diferentes fases de trabalho, com as contribuições das câmaras de Redondo, Viana do Alentejo, Monforte, Avis, Ponte de Sor e Ferreira do Alentejo e da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz.

Tal significa que a FUNDIS não é um repositório estático de informação dispersa, mas uma plataforma em constante crescimento e atualização.

Conclusões

Em jeito de balanço, para os 3 anos de trabalho debruçados sobre esta ferramenta de descrição documental, consideramos os resultados bastante positivos. Do ponto de vista funcional, a base tornou-se cada vez mais prática de utilizar – quer por quem carrega os dados quer pelos investigadores – e aumentou as suas potencialidades de descrição e de pesquisa; no que toca ao seu carregamento, o número de fundos descritos tem vindo sempre a crescer, destacando-se, em 2011, a inclusão dos fundos dos conventos e dos mosteiros que se encontram depositados na Biblioteca Pública de Évora;

e relativamente a colaborações institucionais estas também têm evoluído positivamente, esperando-se que no futuro outras entidades se queiram associar a esta iniciativa.

Convém ressaltar que todo este esforço de inventariar, divulgar e disponibilizar a informação, não invalida, de modo nenhum, a consulta presencial nos arquivos, antes pelo contrário, pretende incentivá-la, ao dar a conhecer fontes documentais até agora total ou parcialmente desconhecidas dos investigadores.

Não queremos terminar sem antes registar o endereço através do qual se pode aceder ao conteúdo informativo da FUNDIS: <http://fundis.cidehus.uevora.pt> ; bem como, deixar um apelo à colaboração de todos aqueles que, a título pessoal ou institucional, queiram contribuir connosco para o desenvolvimento deste projecto.

Por último, resta-nos agradecer a todos os que, de alguma forma, ajudaram à concretização desta iniciativa: pessoalmente a Fernando Palma e a José Carlos Trancas, responsáveis pela construção, reformulação e manutenção da base; a Joaquim Serra, a Maria Lucília Teixeira e a Sílvia Mestre que nos forneceram levantamentos documentais que foram incluídos na FUNDIS; a António Castro Nunes, Liliana Coelho e Samuel Borrego, que colaboram connosco na descrição documental e a Manuel Branco que por vezes nos auxiliou na leitura dos pergaminhos da BPE e que sempre manifestou muito interesse por este projecto. Institucionalmente agradecer à Biblioteca Pública de Évora pela autorização para a reprodução digital de documentos e futura inclusão das imagens na FUNDIS, bem como a todas as instituições alentejanas que connosco decidiram colaborar.

Bibliografia

- BRANCO, Manuel J. C. Branco (2006) – *Subsídios documentais para a história de Montemor* (século XIV). *Almansi: Revista de Cultura*. 2ª Série, nº 5, pp. 171-265.
- BRANCO, Manuel J. C. Branco (2007) – *Subsídios Documentais para a História de Montemor* (século XV). *Almansi: Revista de Cultura*. 2ª Série, nº 6, pp. 91-218.
- DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS. Programa de Normalização da Descrição em Arquivo; Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo (2007) – *Orientações para a descrição arquivística*. 2.ª Versão. Lisboa: DGARQ.
- SERRA, Joaquim Bastos (2005) – *Instituições Religiosas e Dinâmica Urbana nos 'Pergaminhos Avulsos' da Biblioteca Pública de Évora*. *Lusitania Sacra*. 2ª Série, tomo XVII, 2005, pp. 405-418.
- SILVEIRA, Luís (1941) – *Pergaminhos da Colegiada de S. Pedro*. Évora: Câmara Municipal.